



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO  
Rua Acre, nº 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro - CEP: 20.081-000  
Telefone/FAX: (21) 3261-8682 / 3261-8016

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2013

Proc. nº T2-EOF-2012/00415

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 261 de 11.09.2012 do Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria Geral, Dr. Jaderson Correa dos Passos, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico**, realizado por meio da internet, no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, do Decreto 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 05 de FEVEREIRO de 2013	Horário (de Brasília): 14:00h
Local: <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a>	

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto **contratação de empresa para atualização de licenças da solução de segurança composta por firewall Check Point e tokens OTP Vasco, fornecimento de novos dispositivos de segurança e serviços de planejamento, instalação e garantia**, conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

1.2 - Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Minuta do Contrato.



## 2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.3 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aqueles que tenham sido declarados **inidôneos** para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo penalidade de **suspensão do direito de licitar ou impedimento de contratar com este Tribunal**.
- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
- 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
- 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **VALOR TOTAL, conforme modelo de planilha constante do item 2, Anexo I**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada das características técnicas dos softwares cotados, obedecidas as especificações constantes da Planilha de Especificações e Formação do Preço – Anexo I, bem como a **MARCA OFERTADA** (e modelo, se houver);
- 5.6 - Preços unitários e totais, que deverão ser cotados com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas, em algarismos e por extenso, em moeda nacional, conforme o modelo de Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do **item 2 do Anexo I** deste Edital;
  - 5.6.1 - **Deverão ser evitadas dízimas nos preços unitários**, caso elas ocorram serão consideradas somente as duas primeiras casas decimais;
  - 5.6.2 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.7 - **DOS PRAZOS:**
  - 5.7.1 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
  - 5.7.2 - **Prazo de entrega dos softwares**, que será, no máximo, de 60 (*sessenta*) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do Contrato;
  - 5.7.3 - **Prazo de garantia de atualização dos softwares, conforme item 7 do Anexo I**, será de 24 (vinte e quatro meses), contados a partir do recebimento definitivo.
  - 5.7.4 - **Prazo para realização dos serviços** será de até 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos softwares e hardwares.



- 5.7.5 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7.1 a 5.7.4, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.8 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 3261-8016 ou 3261-8682.
- 5.8.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.9 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.10 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.11 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do produto no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I - Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a esta última.
- 5.12 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.12.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.
- 5.12.2 - não atendam às exigências deste Pregão.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais;
- 6.2 - Serão desclassificadas as propostas que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.3 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação;
- 6.4 - Os preços serão fixos e irrevogáveis.



## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para a **totalidade do objeto**, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta*) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto no 5.450/05.



## 8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL do objeto**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL do objeto**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das



exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

## 9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A **habilitação** da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, para verificação da validade dos documentos abaixo:
  - 9.1.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**CND**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, dentro da validade;
  - 9.1.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;
  - 9.1.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;
  - 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
  - 9.1.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
  - 9.1.6 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
  - 9.1.7 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e





parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada na própria sessão pública.

9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;

9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente;

9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 - SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.4 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

## 9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**9.5.1 - Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com os do objeto da presente licitação.**

**9.5.1.1 – A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou serviços de implementações similares e de complexidade operacional equivalente ou superior aos do objeto da presente licitação.**

9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.



- 9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2 (*dois*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.6, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos para o endereço eletrônico [cpl@trf2.gov.br](mailto:cpl@trf2.gov.br), no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação, ou, a critério do Pregoeiro, via fac-símile, para o número (21) 3261-8682 ou 3261-8016.

9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº \_\_\_\_.

**10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes de objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos do Convênio com Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Elementos de Despesa
Itens 2.1, 2.2, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8 - 3.3.90.39.08
Item 2.3 – 4.4.90.52.35
Item 2.4 – 3.3.90.30.17
Itens 2.9, 2.10 e 2.11 – 4.4.90.39.93
Item 2.12 – 3.3.90.39.57

## 11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.



- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.gov.br](mailto:cpl@trf2.gov.br), até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 3261-8682 e 3261-8016.
- 11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 11.3.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.3.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## **12 - DOS RECURSOS**

- 12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.



### 13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua do Acre nº 80 - 16º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF, a qual deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4 - O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no subitem 13.3 ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seu Anexo e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.
- 13.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.
- 13.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.



- 13.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6.4 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.
- 13.6.5 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 13.6.6 - A garantia contratual deverá ser prestada quando da assinatura do contrato.
- 13.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

#### **14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

- 14.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:
  - 14.1.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após a entrega dos softwares, hardwares e conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão.
    - 14.1.1.1 - O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo aposto no documento fiscal, quando da sua entrega.
  - 14.1.2 - **Definitivamente** - depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderá exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e conseqüente aceitação.
    - 14.1.2.1 - O recebimento definitivo dar-se-á através do atesto do documento fiscal.



- 14.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pela fiscalização, a qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 14.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os softwares/serviços foram entregues/prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 14.4 - No caso da recusa de qualquer equipamento, por motivos de defeito ou avarias no transporte, que acarrete sua substituição pela Contratada, o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará suspenso até a data em que se efetivar a entrega do equipamento substituto;
- 14.5 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 14.6 - Após a assinatura do Contrato, o TRF - 2ª RG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

## 15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - **O pagamento será efetuado à Contratada em 05 (cinco) parcelas independentemente da ordem, a medida em que os softwares e/ou hardwares forem entregues e os serviços executados, diretamente pela Instituição Financeira (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) até o 10º (décimo) dia útil, contado da data de recepção pelo Banco do Ofício encaminhado pelo Contratante,** conforme abaixo discriminado, e uma vez satisfeitas as condições estabelecidas a seguir:

15.1.1- 01 (Uma) parcela correspondente aos valores previstos no item 2.3 do Termo de Referência, após recebimento e conferência de todos os equipamentos;

15.1.2 - 01 (Uma) parcela correspondente aos valores previstos no item 2.1 e 2.2 do Termo de Referência, após recebimento e conferência de todos os softwares;

15.1.3- 01 (Uma) parcela correspondente aos valores previstos no item 2.5 a 2.11 do Termo de Referência, após recebimento e conferência de todos os softwares;

15.1.4- 01 (Uma) parcela correspondente aos valores previstos no item 2.4 do Termo de Referência, após recebimento e conferência dos tokens;

15.1.5- 01 (Uma) parcela correspondente aos valores previstos no item 2.12 do Termo de Referência, após a conclusão dos serviços realizados.



- 15.1.6- Será verificada a situação de regularidade fiscal no âmbito do Governo Federal (CND, CRF e Receita Federal do Brasil), Estadual e Municipal da Contratada quando da contratação e dos pagamentos, assegurando-se que essa condição perdure pelo tempo da execução do objeto contratado e até o efetivo pagamento;
- 15.1.7- Os bens e serviços terão os quantitativos efetivamente medidos e atestados pela fiscalização do Contratante, obedecendo-se o cronograma físico-financeiro, consideradas as entregas e serviços efetivamente realizados;
- 15.1.8- Após a liquidação será encaminhado ofício à instituição financeira certificando o recebimento e aceite do objeto contratado, ou de cada parcela realizada, devidamente acompanhado de cópia do respectivo Documento Fiscal, autenticada pelo ordenador de despesa ou responsável pelo setor financeiro, de recibo de quitação do fornecedor contratado, da informação da conta corrente da Contratada e demais dados necessários ao pagamento ao fornecedor, e da autorização para a sua realização, atestando-se a condição de regularidade fiscal do fornecedor, devendo-se ainda indicar à Contratada os valores a serem recolhidos a título de tributo, em qualquer espécie, indicando a forma, os prazos, o respectivo agente arrecadador e eventuais obrigações acessórias, acompanhado das respectivas guias de arrecadação, assim como as eventuais retenções decorrentes de aplicação de penalidade contratual ou glossas;
- 15.1.9- O ofício referido no subitem anterior será acompanhado da ratificação de disponibilização dos recursos junto às instituições financeiras solicitadas ao Presidente do Conselho de Justiça Federal pelo Presidente do TRF-2ª Região;
- 15.1.10- A Divisão de Compras encaminhará à Contratada Ofício comunicando o envio do (s) documento (s) fiscal (ais) à Instituição Financeira.
- 15.2.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 15.2.2 - Os documentos fiscais deverão ser entregues na Divisão de Compras (Rua Acre, nº 80 - 16º andar sala 1604- Centro - Rio de Janeiro), de segunda a sexta-feira no horário de 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail: [dicom@trf2.gov.br](mailto:dicom@trf2.gov.br).
- 15.3 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.





- 15.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela In RFB nº 765 de 02.08.2007;
- 15.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);
- 15.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 15.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 15.7 - O TRF-2ª Região poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:
- 15.7.1 - Existência de qualquer débito para com o Contratante;
- 15.7.2 - Se os materiais/serviços fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

## **16 - DAS PENALIDADES**

- 16.1 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 16.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 16.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:





- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:

16.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.

16.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

16.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

16.6 - Caso a multa não seja paga no prazo estabelecido, será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobrada judicialmente, se for o caso.

16.7 - Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

16.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.

16.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

16.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.

16.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.



- 16.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.
- 16.13 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º, do art. 57, da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

## **17 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 17.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 17.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "*Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento*", e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), opção "*visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos*", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
  - 17.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
  - 17.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 17.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 17.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 17.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 17.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, segunda-feira, 21 de janeiro de 2013.



Rubens Ferraz de Araujo  
Pregoeiro-Substituto



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2013

Proc. nº T2-EOF-2012/00415

#### 1. DO OBJETO

Contratação de empresa para atualização de licenças da solução de segurança composta por firewall Check Point e tokens OTP Vasco, fornecimento de novos dispositivos de segurança e serviços de planejamento, instalação e garantia.

#### 2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

As empresas LICITANTES deverão apresentar planilha com preços discriminados, conforme modelo a seguir:

Item	Descrição e part-number	Fabricante	Qtd.	Valor unitário	Valor Total
2.1	SW FOR 12200 APPLIANCE WITH 7 SECURITY BLADES (INCLUDING FIREWALL, VPN, ADVANCED NETWORKING & CLUSTERING, IDENTITY AWARENESS, MOBILE ACCESS FOR 5 CONCURRENT USERS, IPS, AND APPLICATION CONTROL BLADES), BUNDLED WITH LOCAL MANAGEMENT FOR UP TO 2 GATEWAYS (PART-NUMBER UPG-CPAP-SG12207)	CHECK POINT	01		
	CHECK POINT SMARTDEFENSE SERVICE FOR VPN-1 POWER GATEWAY UNLIMITED USERS ANNUAL SUBSCRIPTION ART-NUMBER (PART-NUMBER CPPWR-SMDF-U)				
	CHECK POINT USER DIRECTORY BLADE (PART-NUMBER CPSB-UDIR)				
	CHECK POINT REPORTING AND EVENT CORRELATION BLADE MANAGING UP TO 10 GATEWAYS (PART-NUMBER CPSB-EVS-C1000)				



2.2	COLLABORATIVE ENTERPRISE SUPPORT – PREMIUM (PART-NUMBER CPCES-CO-PREMIUM.100)	CHECK POINT	01		
2.3	12200 APPLIANCE - INVENTORY UNIT (PART-NUMBER CPAP-SG122XX-INV)	CHECK POINT	01		
	4-PORT 10/100/1000 BASE-T RJ45 INTERFACE CARD (PART-NUMBER CPAC-4-1C-INSTALL)				
2.4	TOKEN OTP DIGIPASS GO3 (PART-NUMBER 5414602031013-1)	VASCO	20		
2.5	RENOVAÇÃO DE LICENÇA - "BACKDATED CONTRACT ACT FEE - LEVEL 1 RADIUS" (POR ANO/POR USUÁRIO) - 105 A 500 USUÁRIOS (PART-NUMBER 5414602316356-3)	VASCO	100		
2.6	RENOVAÇÃO DE LICENÇA - "BACKDATED CONTRACT ACT FEE - LEVEL 3 - BACKUP" (POR ANO/POR USUÁRIO) - 105 A 500 USUÁRIOS (PART-NUMBER 5414602316370-3)	VASCO	100		
2.7	MIGRAÇÃO DE LICENÇA DO "VM RADIUS+BACKUP SERVER" PARA "IDENTIKEY SERVER PLATINUM EDITION" (POR LICENÇA) - 55 A 100 USUÁRIOS (PART-NUMBER 5414602307880-2)	VASCO	100		
2.8	MIGRAÇÃO DE LICENÇA (MANUTENÇÃO) DO "VM RADIUS+BACKUP SERVER" PARA "IDENTIKEY SERVER PLATINUM EDITION" (POR ANO E POR LICENÇA) - 55 A 100 USUÁRIOS (PART-NUMBER 5414602307896-2)	VASCO	100		
2.9	LICENÇA DO "IDENTIKEY SERVER PLATINUM EDITION" (POR USUÁRIO/LICENÇA) - 5 A 50 USUÁRIOS (PART-NUMBER 5414602308085-1)	VASCO	20		
2.10	LICENÇA (MANUTENÇÃO) DO "IDENTIKEY SERVER PLATINUM EDITION" (POR ANO, POR USUÁRIO/LICENÇA) - 5 A 50 USUÁRIOS (PART-NUMBER 5414602308092-1)	VASCO	20		
2.11	LICENÇA (MANUTENÇÃO) DO "IDENTIKEY SERVER PLATINUM EDITION" (POR ANO, POR	VASCO	120		



	USUÁRIO/LICENÇA) - 105 A 500 USUÁRIOS (PART-NUMBER 5414602308092-3)				
2.1 2	SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E INSTALAÇÃO	-	01		
<b>TOTAL:</b>					

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS 2.1 A 2.11

- 3.1 - O TRF já possui a solução de firewall da Check Point e tokens OTP Vasco, sendo que a última renovação de subscrição (somente do firewall) venceu em agosto de 2012, conforme informações associadas ao account ID 0006193202;
- 3.2 - No item 2 são descritos todos os softwares e hardwares, com os respectivos part-numbers e as quantidades que deverão ser fornecidas de forma a atender o objeto da contratação, considerando o ambiente atual do TRF e de acordo com as atuais regras de licenciamento dos fabricantes dos produtos.

### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM 2.12

#### 4.1 PLANEJAMENTO

- 4.1.1 Apresentação das equipes envolvidas no projeto;
- 4.1.2 Apresentação dos conceitos básicos da nova versão do Check Point para a equipe técnica do TRF mostrando o que há de novo em relação às versões anteriores bem como suas vantagens. Esta apresentação visa à participação ativa da equipe técnica do TRF durante a execução dos serviços;
- 4.1.3 Levantamento de informações detalhadas para a execução das atividades técnicas do projeto;
- 4.1.4 Validação do escopo;
- 4.1.5 Endereçamento dos pontos críticos para a execução do projeto;
- 4.1.6 Verificação de requisitos de hardware e software;
- 4.1.7 Definição de procedimentos, roteiros, datas e responsabilidades;
- 4.1.8 Elaboração de plano de migração do ambiente atual, definindo a estratégia para manutenção de todos os serviços existentes;
- 4.1.9 Validação do cronograma de trabalho sendo que este será utilizado para o acompanhamento e controle do andamento do projeto;
- 4.1.10 Ao final desta fase o gerente de projeto da CONTRATADA definirá os pontos focais a serem alocados para cada uma das etapas.

#### 4.2-INSTALAÇÃO

- 4.2.1 Instalação e configuração dos novos appliances;
- 4.2.2 Configuração dos softwares nos appliances, efetuando a migração de todas as configurações, políticas e regras existentes no firewall atual, sem perda das informações, devendo ser realizados os ajustes e adaptações necessárias;



- 4.2.3 Configuração do cluster entre os appliances para garantir alta-disponibilidade dos serviços em caso de falha em um dos equipamentos;
- 4.2.4 Efetuar testes com o firewall, incluindo simulação de falha de um dos equipamentos (validação do cluster);
- 4.2.5 Instalação/atualização do software que compõe o sistema de autenticação com os tokens OTP Vasco, considerando-se a funcionalidade de VPN com o firewall Check Point;
- 4.2.6 Após todas as configurações e validações, poderão ainda ser feitos ajustes finos (tunning) a fim de otimizar a solução de segurança;
- 4.2.7 A CONTRATADA deverá efetuar a transferência de tecnologia, passando as informações sobre o ambiente implementado, bem como sua operação diária, na forma de treinamento hands-on para a equipe técnica do TRF, com duração mínima de 8 (oito) horas.

#### **4.3-ACOMPANHAMENTO PÓS-INSTALAÇÃO**

- 4.3.1 A CONTRATADA deverá realizar o acompanhamento do funcionamento do ambiente configurado, com o objetivo de monitorá-lo, além de transferir para a equipe técnica do TRF informações relacionadas à manutenção e solução de problemas;
- 4.3.2 Esta fase durará 07 (sete) dias iniciados após a finalização da fase de instalação.

#### **4.4-DOCUMENTAÇÃO**

- 4.1.1 Nesta fase será gerada a documentação contemplando todas as características do ambiente do TRF após a implementação dos serviços, além de um relatório final contendo todas as atividades realizadas durante todo o projeto;
- 4.1.2 A documentação deverá contemplar os procedimentos básicos para a operação diária do firewall, incluindo as rotinas de manutenção necessárias e os procedimentos a serem adotados em caso de recuperação de falhas;
- 4.1.3 A versão final da documentação e afins deve corresponder totalmente ao ambiente em produção quando entregues ao TRF. O material produzido deverá ser de uso exclusivo do TRF.

<b>5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b>
---------------------------------------

- 5.1 - Utilizar para o projeto a metodologia estruturada para implementação de sistemas, seguindo as etapas de levantamento do cenário atual, definição do cenário futuro, transferência de informações e conhecimento e preparação para entrada em produção;
- 5.2 - Listar e fornecer todos os softwares (componentes) e produtos de terceiros necessários para implementar a solução proposta, bem como a implicação destes no projeto;
- 5.3 - Elaborar cronograma inicial, fazendo o acompanhamento e manutenção ao longo de todo o projeto através do gerente de projeto. Atrasos no cronograma deverão ser notificados formalmente durante o projeto, tendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:
  - 5.3.1. Etapa do projeto comprometida;



- 5.3.2. Motivos do atraso;
- 5.3.3. Riscos para o projeto;
- 5.3.4. Alternativas de solução.
- 5.4 - Propor melhorias e otimizações nas configurações da solução de segurança do TRF, respeitando as premissas existentes com relação às políticas e regras já definidas;
- 5.5 - Coordenar toda a equipe e todas as atividades através de seu gerente de projeto, e comunicar com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, todas as atividades que dependam da equipe técnica do TRF ou que causem alguma mudança nas operações do TRF;
- 5.6 - Organizar a implementação do projeto no que tange à definição, acompanhamento de atividades e alocação de pessoal para a execução das etapas;
- 5.7 - Fornecer equipe técnica treinada para execução das atividades;
- 5.8 - Envolver no projeto e na operação assistida pelo menos um profissional com certificação na solução de firewall da Check Point;
- 5.9 - Apresentar os relatórios que deverão ser usados para acompanhamento dos serviços;
- 5.10 - Fornecer todo e qualquer recurso necessário à realização dos serviços por sua(s) equipe(s);
- 5.11 - Nenhum equipamento da CONTRATADA poderá dar entrada nas instalações do TRF nem ser conectado à rede sem o prévio consentimento do TRF;
- 5.12 - Qualquer atraso no projeto gerado pela não observância das normas descritas neste Edital por parte da CONTRATADA será de responsabilidade exclusiva da mesma.

## **6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 6.1 - Disponibilizar acesso aos sistemas envolvidos da solução;
- 6.2 - Disponibilizar as informações necessárias para análise e implantação do ambiente;
- 6.3 - Cumprir o cronograma no que tange as tarefas sob sua responsabilidade;
- 6.4 - Disponibilizar os recursos necessários para a execução dos serviços;
- 6.5 - Disponibilizar os servidores necessários para a implementação do sistema de autenticação e para a solução de segurança;
- 6.6 - Disponibilizar pessoal técnico para acompanhamento dos serviços e transferência de conhecimento.

## **7 DA GARANTIA E SUPORTE DA SOLUÇÃO**

- 7.1 - Deverá ser disponibilizada ao TRF a versão comercial, release ou a atualização mais recente do firewall Check Point e do software dos tokens OTP Vasco, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses a partir do recebimento definitivo dos itens;
  - 7.1.1- Durante o período citado no subitem anterior, também deverá ser permitida a substituição dos tokens OTP Vasco existentes e licenciados, em





casos de falha de bateria interna, defeito de fabricação ou defeito de hardware, desde que não caracterizado mau uso do token;

7.2 - Deverá ser permitido o acesso ao serviço de suporte da CONTRATADA, através de ligação gratuita ou local, caso seja necessário suporte remoto de software ou solução de problemas que impliquem em desenvolvimento de correções (patches) pelo fabricante.

## **8 DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

8.1 - O prazo de entrega dos softwares e hardwares será de até 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato;

8.1.1- A CONTRATADA deverá encaminhar o Termo de Licença dos fabricantes ou documento similar onde deverão estar claros os part-numbers e quantidades fornecidos, assim como período de garantia e subscrição, conforme especificado neste Termo de Referência;

8.1.2- A CONTRATADA deverá fornecer os procedimentos para download dos softwares direto do site do fabricante, caso a equipe técnica do TRF não consiga utilizar os procedimentos existentes;

8.2 - O prazo para realização dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos softwares e hardwares.

## **9 DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1 - Os serviços serão prestados presencialmente na Divisão de Suporte Operacional, situada na Rua do Acre, 80, 10º. andar, sala 1003b – Centro – Rio de Janeiro (RJ).

## **10 DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

10.1 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pelo TRF;

10.2 - A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao desenvolvimento dos serviços objeto contratados, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do TRF.



## **11 DO LOCAL DE ENTREGA**

11.1 – Os **softwares** deverão ser entregues diretamente na Divisão de Suporte Operacional (DISOP), Rua Acre, 80 - 10º andar – sala 1003A, de segunda a sexta-feira, no horário das 11:00 às 17:00 horas;

11.2 - Os **hardwares** deverão ser entregues diretamente na Divisão de Patrimônio e Almoxarifado (DIMAT), Rua Acre, 80 - 7º andar – sala 705-B, de segunda a sexta-feira, no horário das 11:00 às 17:00 horas;